

ARTIGO 6

HISTÓRIA LOCAL, PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PRÁTICA

GRACIELI ERNA SCHUBERT KÜHL

HISTÓRIA LOCAL, PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PRÁTICA

Gracieli Erna Schubert **Kühl**¹

RESUMO:

Esse ensaio tem como objetivo apresentar uma análise voltada ao projeto de Germanidade criado no Município de Marechal Cândido Rondon/PR e a consequente valorização de elementos culturais por meio da caracterização de edificações com traços arquitetônicos típicos do estilo conhecido como Enxaimel ou Casa dos Alpes. São abordadas reflexões teóricas e práticas desenvolvidas a partir de projetos de pesquisa e atividades didáticas envolvendo o patrimônio histórico cultural e os estudantes da Rede Estadual de Ensino do Paraná, Ensino Fundamental séries finais. No campo da teoria, apresentam-se autores que discutem a educação e as práticas pedagógicas a partir de um olhar que concebe o patrimônio histórico como objeto interdisciplinar. Em relação ao método, esta atividade toma como base o estudo de caso ao definir como objeto de estudo a arquitetura germânica no Município de Marechal Cândido Rondon/PR. A atividade foi realizada a partir da Educação Patrimonial, que propõe discutir o nosso patrimônio não apenas através da vertente da história, mas sim a partir da integração entre diferentes disciplinas para então chegar ao objetivo comum que é a construção da consciência histórico - crítica dos alunos envolvidos. A atividade prática relatada neste ensaio foi realizada com alunos da Rede Estadual de Ensino do Paraná, pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Toledo. Os estudantes envolvidos frequentam escolas localizadas no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

PALAVRAS-CHAVE:

Patrimônio. Educação. Arquitetura.

¹ Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE), Graduação em História (UNIOESTE) e Museologia (CLARETIANO). Professora junto ao Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz/FAG. Professora junto ao Colégio FAG. Atua com Projetos envolvendo Educação, Patrimônio e Museus, através da OMA Projetos Culturais.

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Tendo em vista o crescente aumento das discussões em torno do patrimônio histórico em nível regional e nacional, através de eventos, publicações e pesquisas científicas, apresentamos este artigo com o intuito de somar às reflexões já existentes, contribuindo para o aprofundamento dos debates e incentivando a formulação de novos argumentos. Nossa intenção é reforçar a importância de se compreender a criação e a constituição do patrimônio histórico e cultural de forma ampla e integrada, reconhecendo suas múltiplas dimensões e significados.

Sendo assim, o presente ensaio propõe reflexões teóricas e práticas desenvolvidas a partir de projetos de pesquisa e atividades didáticas envolvendo o patrimônio histórico cultural e os estudantes da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

No campo da teoria, utilizamos autores que abordam a educação e as práticas pedagógicas a partir de um olhar que concebe o patrimônio histórico como objeto interdisciplinar. Sendo assim, não é possível discuti-lo apenas através da vertente da história, mas sim a partir da integração entre diferentes disciplinas para então chegar ao objetivo comum que é a construção da consciência histórico - crítica nos alunos envolvidos.

Para aprofundar as questões teóricas que fundamentaram a atividade, recorreremos a autores como Pierre Nora (1981) e Jacques Le Goff (1994), cujas obras são essenciais para compreender os processos de construção da memória individual e coletiva. As contribuições de Janice Theodoro da Silva (1990) e Maria Célia Paoli (1992), também se mostraram relevantes, especialmente ao discutirem o patrimônio histórico em articulação com as formas de memória que se constroem em torno dele — seja no plano pessoal ou coletivo.

A concepção metodológica da atividade aqui apresentada toma como um estudo de caso, baseado na Educação Patrimonial, um conjunto conceitual e prático trazido e desenvolvido no Brasil pelas pesquisadoras do Museu Imperial: Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro (HORTA, 1999), as quais publicaram o *Guia Básico de Educação de Patrimonial*, no ano de 1999. Estas autoras esboçam uma discussão aprofundada em torno do significado da Educação Patrimonial bem como a sua chegada ao Brasil e seu desenvolvimento a partir de então.

A atividade prática que socializamos foi desenvolvida com alunos da Rede Estadual de Ensino do Paraná pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Toledo, que frequentam instituições de ensino situadas no Município de Marechal C. Rondon/PR. A proposta apresentada consistiu na realização de atividades voltadas ao estudo da história do município de Marechal Cândido Rondon/PR, com ênfase na implantação do Projeto de Germanidade, que, à época, ofereceu incentivos financeiros para a caracterização de construções arquitetônicas no estilo conhecido como Enxaimel ou Casa dos Alpes.

A questão principal discutida junto aos estudantes foi a desconstrução da imagem relacionada a arquitetura germânica, analisando criticamente os marcos criados e amplamente divulgados como sendo os representantes da cultura rondonense, colocando a cidade como a mais germânica do Paraná. Rótulo sustentado principalmente pela arquitetura dita Enxaimel e pela *Oktoberfest*.

Durante todo o período em que a atividade foi desenvolvida, enfatizou-se a necessidade de se preservar o patrimônio e a cultura local, porém partindo da análise crítica ao mesmo, colocando que é necessário questionar o que está sendo preservado e o que está sendo “ocultado” durante os processos de criação ou valorização de aspectos históricos e culturais. Para que não ocorram sombreamentos ou sobreposições de símbolos ou representações, enfatizando práticas e costumes que valorizam determinados grupos sociais em oposição a outros.

Neste sentido, Janice Theodoro da Silva (Silva, 1990), traz uma questão em torno do que se costuma preservar em oposição ao que é silenciado pela memória, seja ela individual ou coletiva. O eixo de discussão trilhado por ela destaca o fato de que geralmente são preservados aspectos relacionados a acontecimentos “agradáveis”, sendo que lembranças inoportunas e que remetem a fatos indesejáveis para a história pessoal ou coletiva, serão rapidamente esquecidos.

Maria Célia Paoli (1992) aborda questões similares, porém com foco no patrimônio histórico, tomando como exemplo os monumentos. Segundo a autora, esses bens são percebidos por meio de duas perspectivas principais: de um lado, podem ser considerados obstáculos à modernização da arquitetura local e, por isso, vistos como passíveis de substituição em prol do progresso da cidade; de outro, são reconhecidos como elementos essenciais a serem preservados, pois representam uma cultura do passado cuja memória precisa ser mantida para que não se perca.

Este artigo está organizado em tópicos, cada um tratando de aspectos específicos do trabalho realizado. Inicialmente, são discutidos alguns conceitos fundamentais, como memória, documento e monumento. Em seguida, abordamos a Educação Patrimonial — tanto como conceito quanto como método —, a qual serviu de base teórica e metodológica para o desenvolvimento da proposta. Nesse sentido, utilizamos as orientações presentes no *Guia Básico de Educação Patrimonial*.

No tópico seguinte, apresentamos um breve histórico do município de Marechal Cândido Rondon, considerando que a atividade prática desenvolvida teve como foco a trajetória histórica local. A partir disso, discutimos a criação do Projeto de Germanidade, implementado na década de 1980. Por fim, encerramos o artigo com o relato da experiência prática vivenciada com estudantes do Ensino Fundamental e Médio, destacando os aprendizados e reflexões decorrentes da atividade.

2 HISTÓRIA E MEMÓRIA

Fazendo uma breve retomada na trajetória da historiografia, lembramos que até o século XIX, as fontes admitidas para realização de pesquisas científicas desenvolvidas na História eram limitadas a documentos oficiais, inclusive pesquisadores como Lefebvre (Lefebvre apud Le Goff, 1994) chegaram a afirmar que: “Não há notícia histórica sem documentos”; “Pois se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se” (Lefebvre apud Le Goff, 1994, p. 539).

Com a fundação da Escola dos Annales, a noção de documento foi ampliada, pois se percebeu que a cada fato histórico haviam diferentes tipos de documentos, os quais nem sempre eram textos. Le Goff (Le Goff, 1994) utiliza uma citação de Samaran, que é pertinente para o momento: “Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou qualquer outra maneira” (Samaran apud Le Goff, 1994, p. 540).

Ao mesmo tempo em que criaram espaço para a inserção de novas espécies de documentos junto à pesquisa historiográfica, os fundadores dos Annales iniciam também uma crítica profunda em relação à noção de documento, pois até então ele estava intimamente ligado ao poder, principalmente quanto à forma com que eram utilizados:

O documento não é inócuo. É antes de tudo o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 1994, p. 547).

É preciso lembrar que:

Qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez, sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência esmagadora, uma montagem. É preciso começar por demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (Le Goff, 1994, p. 548).

A partir dessa nova perspectiva sobre a construção histórica, foi possível incluir outros tipos de registros, como os registros paroquiais, que têm como finalidade registrar nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos em uma determinada comunidade. Esses documentos formam uma base fundamental para diversas pesquisas históricas, ampliando o entendimento sobre a vida e a organização social daquela época.

Outra fonte histórica que passa a ser admitida pelo método científico é a memória, a qual também está diretamente relacionada ao tema deste ensaio. Para Pierre Nora (1981), os conceitos de história e memória se distanciam em sua natureza e função. A memória, segundo o autor, está ligada à vida dos grupos sociais, carregada de sentimentos, emoções e vivências, podendo ser registrada tanto por indivíduos quanto por coletividades. Esses registros, no entanto, são sensíveis às transformações do tempo e podem ocorrer de forma involuntária ou orientada, o que torna a memória uma construção subjetiva, nem sempre fiel ou estável como os dados que a história busca reunir e interpretar.

Já Le Goff (1994) acredita que um povo que possui forte memória coletiva não será dominado com facilidade, pois saberá utilizar-se do passado como arma contra os opressores. Porém, a memória coletiva pode ser transformada, manipulada segundo interesses políticos, dependendo dos valores de cada indivíduo envolvido. Sendo assim, “a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (Le Goff, 1994, p. 476).

Segundo Janice Theodoro da Silva (Silva, 1990), “grande parte da memória

histórica corresponde a ausências, perdas, (...), ao que deixou de ser registrado por não fazer parte dos ‘grandes acontecimentos’ (Silva, 1990, p. 63-69), reafirmando o fato de que devemos estar cientes de que a memória se relaciona muito intimamente com o esquecimento de fatos menos importantes.

Janice Silva cita também outro caso: “As camadas mais pobres possuem uma memória mais fragmentada, mais dispersa, menos variada quanto aos objetos de cultura que reifica. Às vezes, um objeto só, perpassa uma vida, representando um sonho, um desejo contido” (Silva, 1990).

Com isto, adentramos na discussão sobre a política de preservação que vigorou por longo período no que diz respeito à seleção da memória, e conseqüentemente dos bens culturais que devem ser preservados e os que lentamente são “esquecidos” pela sociedade. Na maioria dos casos, as decisões sobre o que deve ou não ser considerado relevante para a história partem de indivíduos que detêm algum tipo de poder dentro da sociedade, e não das camadas populares ou das classes sociais menos favorecidas.

Dessa forma, compreende-se que a memória — especialmente aquela representada por meio dos chamados bens culturais — é profundamente seletiva, já que nem todos os acontecimentos ou expressões sociais são registrados ou reconhecidos através da cultura material ou da própria historiografia.

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-os a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos ‘neutra’ do que a sua intervenção (Le Goff, 1994, p. 547).

São lembrados ou preservados aqueles fatos importantes para a história pessoal ou local, apagando a memória daqueles que participaram como coadjuvantes da história, os vencidos. Porém, por mais relevância que se deposite em tais objetos ou lembranças, se observarmos com mais atenção, poderemos perceber com facilidade que na maioria das vezes a “história oficial” deixa lacunas, as quais formam os capítulos encenados pelos “outros”, aqueles que por motivos de soberania não foram inseridos nos registros da memória histórica – “história que Walter Benjamin chamou ‘dos vencedores’, sobre cujos efeitos foram produzidos os documentos e erigidos os monumentos, referência única ao que se ensina nas escolas, se mostra

aos turistas, se comemora nos feriados nacionais” (Paoli, 1992, p. 26).

Em Marechal Cândido Rondon, grande parte da história oficialmente narrada está centrada na chegada dos pioneiros, com algumas referências às companhias estrangeiras que, desde meados do século XIX, exploravam a erva-mate e a madeira na região. Possivelmente, esse destaque se deve ao fato de que muitos desses pioneiros — ou seus descendentes — ainda estão presentes no cotidiano da cidade, compondo aquilo que se pode chamar de “memória viva”. Esse vínculo afetivo e social acaba conferindo maior valor a essa narrativa, em detrimento de outras memórias que também integram a história local, mas que acabam silenciadas ou esquecidas. O que se tem preservado em relação a objetos históricos que retratam o período que chamamos de fase extrativista e mesmo indígena encontra-se no museu municipal e algumas poucas peças em residências. Muito pouco se tem da memória a este respeito, principalmente por que a maioria dos protagonistas desta história não mais se encontram em nosso meio.

Portanto, o período de glória da história local é caracterizado por muitos como o da *colonização*, com a chegada dos “pioneiros” em nossa região. Não que o mesmo não tenha sido de extrema importância para o desenvolvimento do Município, mas deve-se lembrar que esta ênfase esconde outros sujeitos e outros acontecimentos.

Sendo assim, é possível acreditar que através da Educação Patrimonial teremos algumas possibilidades para colocar estas questões de forma prática aos alunos, conduzindo-os ao desenvolvimento desta consciência crítica em relação a história e aos símbolos colocados como representantes da cultura local.

3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Segundo a museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta (Horta, 1999), a Educação Patrimonial chegou ao Brasil por ocasião de um Seminário sobre *Uso Educacional de Museus e Monumentos*, realizado no Museu Imperial de Petrópolis, em 1983. O objetivo deste evento foi discutir o desenvolvimento de atividades pedagógicas que tivessem como estratégias um melhor aproveitamento do patrimônio cultural, fazendo com que o mesmo fosse reconhecido e valorizado. Foi adaptada aos museus brasileiros a partir de estudos realizados sobre um trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra, chamado *Heritage Education*.

Segundo Maria de Lourdes, a Educação caracteriza-se como um processo permanente de descoberta e de aquisição de conhecimentos e experiências, iniciado nos primeiros anos de vida do indivíduo, permitindo que o mesmo cresça e se desenvolva, atingindo suas capacidades plenas de maturidade, autoconsciência e autodeterminação, só terminado com a morte ou a perda de consciência. “Este processo natural de inquirição e investigação é universal e uniforme, constituído por uma série de etapas e sequências que se modificam com o tempo, mas que são comuns a todos os indivíduos” (Horta, 1999, p 03). É isto que forma a base para o exercício da liberdade e do bem-estar de cada pessoa.

Nesse sentido, somos convidados a repensar a importância da educação na sociedade contemporânea. Uma educação que não apenas transmita conteúdos, mas que ensine os indivíduos a aprender e os torne responsáveis pelo próprio processo de aprendizagem. Como ressalta Horta (1999, p. 06): “Somente por meio dessa capacitação o indivíduo poderá adquirir os conhecimentos e as habilidades necessários para utilizar suas experiências acumuladas no enfrentamento do cotidiano, no planejamento consciente de suas ações e na determinação de seu futuro”.

Assim, a educação passa a ser vista como um instrumento fundamental para a construção do futuro. Contudo, para que isso aconteça de forma mais efetiva, acredita-se ser necessário um retorno às origens — um olhar reflexivo para si mesmo, em busca do autoconhecimento. Mas, afinal, como tornar esse processo possível?

É neste momento que adentramos na discussão em torno da importância do patrimônio histórico, da cultura material, ou seja, dos aspectos que compõe sua identidade pessoal e coletiva “O reconhecimento da auto identidade passa pela inserção do indivíduo no seu grupo social, pela visão de si mesmo na perspectiva do contexto cultural em que se situa, na consciência do papel que desempenha dentro da própria comunidade” (Horta, 1991).

Para contribuir com essa discussão, é importante abordar o termo “patrimônio” e suas diferentes interpretações. Inicialmente pode-se afirmar que o patrimônio assume diferentes sentidos, segundo o contexto em que está inserido. Pode-se tentar defini-lo como o legado cultural deixado por nossos antepassados, os quais formam a base da cultura que produzimos e vivenciamos nos dias de hoje.

Segundo Janice Theodoro da Silva (Silva, 1990), o prefixo *pater* deriva da

relação de pai para filho, ou a transferência de uma herança material, espiritual ou institucional. Já Pedro Paulo Funari (2001), que explora alguns sentidos ligados diretamente ao significado do 'patrimônio' propriamente dito, cita que:

As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à, referindo-se à "propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança". Os alemães usam *Denkmalpflege*, "o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar". Enquanto o inglês adotou o termo citado pouco acima, *Heritage*, "aquilo que foi ou pode ser herdado" (Funari, 2001, p. 23).

Estes vários termos, com o passar dos anos foram adaptados e passaram então a ser usados como referência aos monumentos herdados das gerações anteriores, com uma permanente ligação com a lembrança, o que leva a pensar, aos antepassados, à herança.

Acredita-se, que o patrimônio cultural pode ser concebido, tanto por museólogos como por historiadores, como sendo o resultado "da manifestação de múltiplos eventos, simultâneos e sucessivos, que se organizam em diferentes planos, e que podem ser vistos em diferentes ângulos, contra o horizonte do passado" (Horta, 1999, p. 07).

No caso específico das atividades de Educação Patrimonial, pode-se dizer que o patrimônio se refere às evidências materiais da cultura, entendendo essa "como sistema de valores, de crenças, hábitos e comportamentos, conceitos e ideias que caracterizam uma sociedade e suas produções, e que as distinguem das demais" (Horta, 1999, p. 08).

No entanto, não basta que esses elementos estejam preservados em museus ou tombados como patrimônio histórico, pois, com o tempo, o material pode se deteriorar, levando consigo a memória construída ao seu redor. A metodologia da Educação Patrimonial se fundamenta justamente em uma perspectiva oposta: defende que a preservação deve ocorrer de forma integrada à comunidade, ressaltando a importância de que esta reconheça o valor presente no patrimônio para compreender melhor a vida social que nele se manifesta. Desta forma, cria-se uma visão humanística e menos científica em relação aos bens culturais, sem esquecer a visão crítica, "através do questionamento ativo dessas evidências podemos conhecer melhor as relações do homem com seu meio ambiente e com os seus semelhantes, as relações entre o cultural e o material, a interação entre os indivíduos e seus locais

de vida” (Horta, 1999, p. 12).

A metodologia da Educação Patrimonial visa principalmente auxiliar no processo de aprendizado desenvolvido a partir desta relação. Como diz Maria de Lourdes Horta (Horta 1999): “A Educação Patrimonial propõe-se como um método ativo e permanente de ensinar as pessoas, crianças ou adultos, a aprender a conhecer o seu Patrimônio, e a compartilhar este conhecimento com seus semelhantes” (Horta, 1999).

Pode-se entender a Educação Patrimonial como um conjunto de atividades pedagógicas que envolvem o patrimônio em sua dimensão mais ampla, tornando-o uma fonte primordial de conhecimento e enriquecimento cultural, tanto individual quanto coletivo. Esse contato direto com o patrimônio favorece uma maior apreciação por parte daqueles que com ele interagem, promovendo um processo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural.

À medida que o patrimônio é conhecido e valorizado, o processo de sua preservação passa a ocorrer de forma natural, impulsionado pelos vínculos afetivos estabelecidos entre os indivíduos e os objetos ou monumentos que compõem essa memória coletiva. A identificação da pessoa com o objeto é de fundamental importância nas atividades de Educação Patrimonial, pois é preciso haver um sentido para o estudo e a apreciação na relação homem/produtor com patrimônio/produto. Isto se dá basicamente a partir da interpretação do objeto. Segundo Maria de Lourdes Horta (1999), o questionamento, a experimentação e a representação são recursos educacionais que auxiliam no desenvolvimento deste aprendizado.

Experimental andar numa carruagem, escrever uma carta ou um livro à luz de velas, tocar um instrumento, recriar um diálogo ou uma situação, tocar e fazer funcionar uma máquina de moer grãos, ouvir o som de um carrilhão são experiências que nos permitem uma compreensão mais do que lógica, intuitiva, uma aproximação empática com os que nos antecederam ou os que são diferentes de nós (Horta, 1999, p. 12)

As atividades que derivam da Educação Patrimonial são formadas por uma série de etapas, que vão desde a observação do objeto ou bem cultural, passando pelo registro, exploração e finalmente a apropriação; é quando se dá a participação criativa e a valorização do patrimônio analisado. Para que este processo possa alcançar meios adequados de aproveitamento, foi elaborado e publicado um guia metodológico, proveniente das experiências já desenvolvidas junto aos museus. Esta

publicação expõe, minuciosamente, a metodologia sugerida pela Educação Patrimonial, da qual apresentam-se alguns pontos na sequência.

O educador patrimonial deve se posicionar como um instigador nesse processo de aprendizagem. Para isso, pode utilizar diversas estratégias, como a aplicação de um roteiro de perguntas que conduza à análise reflexiva do objeto ou fenômeno cultural. Contudo, é fundamental, antes de tudo, definir claramente os objetivos a serem alcançados, uma vez que cada objeto pode ser interpretado de múltiplas formas.

Nas atividades propostas, é importante explorar aspectos como a construção do objeto ou monumento, suas características físicas, as funções que desempenhou — ou as diversas funções ao longo do tempo —, seu formato, e, principalmente, o valor que ele assumiu em diferentes contextos: na fabricação, na compra, na venda, na doação ao museu e, sobretudo, enquanto objeto histórico.

Vale destacar a importância da interdisciplinaridade nesse processo. Para realizar uma análise completa do bem cultural, é necessário recorrer a diferentes áreas do conhecimento. Isso inclui, por exemplo, a análise das formas geométricas ou dos componentes químicos da matéria-prima utilizada, o estudo da decomposição dos materiais pela ação do tempo, ou ainda cálculos matemáticos para elaboração da planta baixa, no caso de construções arquitetônicas. Portanto, para alcançar uma compreensão ampla dos objetos culturais dentro da metodologia da Educação Patrimonial, a interdisciplinaridade é essencial.

Por mais simples e comum que seja o objeto ou monumento, pode-se extrair uma série de informações a respeito do contexto histórico-temporal, em relação à sociedade que o criou e a utilidade que o mesmo teve para cada família ou grupo aos quais pertenceu.

4 O MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR

Inicialmente é preciso esclarecer que a proposta deste artigo não é discutir a história do Município de Marechal C. Rondon, a intenção em trazer este breve histórico é contextualizar o tema abordado. Os dados relacionados neste item provem de consultas a pesquisas já publicadas, segundo os autores citados.

No início do século XX, a região oeste do Paraná foi palco da exploração da erva-mate e da madeira, período em que surgiram, às margens do caudaloso Rio Paraná, diversos portos instalados por companhias estrangeiras, com o objetivo de explorar esses produtos abundantes na região.

A Companhia Mate Laranjeira foi uma dessas empresas que atuaram na extração de erva-mate no sul do Mato Grosso, transportando a produção até a Argentina por meio do Rio Paraná. No início dessa atividade, as Sete Quedas e o Salto Carapan apresentavam obstáculos intransponíveis para o transporte fluvial da erva-mate. Por isso, após várias tentativas frustradas, a empresa decidiu construir uma estrada de ferro ligando Guaíra ao Porto Mendes, situado logo abaixo do Salto Carapan.

No Porto Mendes Gonçalves, a Companhia Mate Laranjeira instalou armazéns, casas para funcionários, sede administrativa, correios, estação ferroviária e uma linha telegráfica que acompanhava o percurso da ferrovia.

O Porto Mendes Gonçalves ficou em atividade até 1965, época em que as primeiras famílias de colonos já haviam chegado à região, foi quando as terras da Mate Laranjeira foram retomadas pelo governo com o objetivo de colonizá-las em definitivo. Hoje as antigas instalações do Porto Mendes Gonçalves estão encobertas pelo Lago Internacional da Itaipu; porém, algumas máquinas, elementos decorativos e utensílios podem ser vistos no Museu Histórico Pe. José Gaertner.

Voltando na linha do tempo da história local, em 1946 empresários gaúchos interessaram-se pelas propostas do governo para ocupação destas terras oeste e uniram-se formando a Comercial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ. No referido ano, adquiriram uma gleba de terras localizada entre Foz do Iguaçu e Guaíra no extremo oeste paranaense, correspondente a Fazenda Britânia, atuais Municípios de Marechal Cândido Rondon, Toledo, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Mercedes e Quatro Pontes, iniciando assim efetivamente a colonização desta região por volta de 1950.

Com o objetivo de colonizar essas terras, iniciou-se uma mobilização para preparar o território para uma nova fase de desenvolvimento. Foram realizadas ações de extração da madeira de lei, que geraram recursos financeiros significativos para a empresa colonizadora. Em seguida, foram abertas novas estradas de rodagem, facilitando a chegada dos colonos provenientes da região sul do país.

Os primeiros moradores desse movimento chegaram à sede de Marechal Cândido Rondon em 7 de março de 1950, dando início à construção de barracões destinados a abrigar os habitantes dessa nova cidade. A maioria dos colonizadores vinha dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, público-alvo da colonizadora, que realizou uma divulgação planejada dessas terras, com o intuito de atrair colonos descendentes de europeus, católicos ou luteranos, e com tradição agrícola, para a Fazenda Britânia. Estes por sua vez foram agrupados segundo região de origem e religião. Fato que levou ao surgimento de colônias bem definidas, por exemplo, em Marechal foram centralizados os colonos descendentes de imigrantes alemães, enquanto nas cidades vizinhas foram reunidos grupos com outras descendências.

Em 1953 a vila General Rondon tornou-se distrito de Toledo e em 25 de julho de 1960, através de uma lei sancionada pelo então governador Moisés Lupion, a vila passa a condição de Município, recebendo o nome atual em homenagem a Cândido Mariano da Silva Rondon, considerado um desbravador dos sertões brasileiros.

O crescimento regional e o potencial energético do Rio Paraná ocasionaram a primeira grande alteração na dinâmica recente do município, através da formação do Lago Internacional de Itaipu que em 1982, que encobriu cerca de 17% da área produtiva e deslocou muitos habitantes para outras regiões.

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, muitos dos aspectos históricos referentes à região Oeste do Paraná ficaram submersos. Tanto sítios arqueológicos representando o período das cidades jesuíticas, quanto monumentos históricos de grande relevância como os portos construídos às margens do Rio, remanescentes do início do século passado.

Ainda na década de 80, um grupo de funcionários públicos municipais deram início a elaboração de um projeto para a cidade, conhecido como Projeto de Germanidade ou projeto de caracterização turística, o qual teve por objetivo incentivar e valorizar os aspectos germânicos do Município. Para tanto, uma equipe local deslocou-se até a região de Blumenau/SC a fim de conhecer pessoalmente os símbolos étnicos que fazem daquela cidade uma das mais germânicas do Brasil.

A partir de então, foram iniciadas várias ações visando construir junto ao Município de Marechal C. Rondon a imagem de cidade mais germânica do Paraná. Para tanto, inicialmente foi elaborada a Lei Municipal N.º 1.627 de 14 de julho de 1986,

a qual “aprova o regulamento para a concessão de favores fiscais às construções típicas em Enxaimel e Casa dos Alpes”. Esta lei autorizava a concessão de incentivos fiscais para imóveis cuja fachada fosse construída em estilo germânico, Enxaimel ou Casa dos Alpes, e na criação de uma festa típica: a *Oktoberfest*, justificada pelo argumento da recuperação das tradições e dos bons costumes do povo germânico.

Tanto a concessão de incentivos fiscais quanto a implementação da *Oktoberfest* tinham como objetivo incentivar as pessoas a resgatar suas origens, respeitando, naturalmente, o país em que vivem. Contudo, havia um propósito maior: atrair turistas e, conseqüentemente, recursos financeiros para o município. Esse projeto de valorização da identidade germânica, voltado ao fomento do turismo, também recebeu apoio da imprensa local. Conforme destacou um dos jornais rondonenses de maior circulação:

Os cabelos loiros e os olhos claros de grande maioria do seu povo não são mais o único símbolo de que Marechal Cândido Rondon é a cidade mais germânica do Paraná. A arquitetura das residências e do comércio, pouco a pouco, estão tomando um jeitinho europeu, mais precisamente alemão. As edificações têm enchido os olhos dos visitantes que passam por aqui. Profissionais capacitados, que pensam no futuro do município, têm deixado as suas marcas no processo de germanização rondonense. Graças à criatividade deles, Marechal Cândido Rondon pode dizer, de boca cheia, que é a cidade mais germânica do Paraná. (Jornal O PRESENTE. Marechal Cândido Rondon/PR: 03 de setembro de 1999. p. 48).

Ao analisarmos criticamente a trajetória histórica do Município, podemos perceber que as pessoas que recentemente se fixaram nesta terra e povoaram a região eram sulistas, em sua maioria pequenos produtores rurais. Estas famílias trouxeram em sua bagagem as experiências vividas em sua terra natal (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), das quais muitas foram herdadas de seus pais, possivelmente também nascidos no sul do Brasil, ligados ao meio rural.

Sabemos que muitas regiões do sul do Brasil foram ocupadas por imigrantes europeus que chegaram durante vários anos seguidos, onde estabeleceram residência e constituíram família. Porém, os colonos que ocuparam a região atual do Município de Marechal C. Rondon eram apenas descendentes destes imigrantes. Muito diferente da imagem que o Projeto de Germanidade buscou divulgar. Pois para que o Município rondonense pudesse realmente ser considerado o mais germânico do Paraná, possivelmente deveriam residir nele um número considerável de imigrantes europeus, nascidos na Alemanha, que migraram ao Brasil e no referido

Município fixaram residência. Ora, são raras as pessoas de nacionalidade alemã que escolheram Marechal C. Rondon para viver. Das que se tem maior conhecimento podemos citar alguns representantes da Família Seyboth e o Sr. Eribert Hanz Gasa (*in memoriam*).

A necessidade de refletir, debater e esclarecer aos estudantes rondonenses algumas destas questões, impulsionaram o desenvolvimento de uma atividade em formato de oficina sobre *História e Memória*, a qual teve como título: *O Patrimônio Histórico de Marechal Cândido Rondon*, da qual seguem alguns apontamentos.

5 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Há tempos refletimos sobre o uso do patrimônio histórico como ferramenta para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas interdisciplinares. Como mencionado anteriormente, este relato apresenta uma atividade prática realizada com estudantes da Rede Estadual de Ensino do Paraná, matriculados em escolas do município de Marechal Cândido Rondon.

Essa localidade apresenta particularidades que favorecem o aprofundamento de reflexões acerca das representações culturais construídas, especialmente em relação à Germanidade — tema amplamente divulgado pela mídia local e regional. Com base nessas questões, elaboramos uma oficina intitulada “História e Memória”, cujo principal objetivo foi conduzir os estudantes a refletirem sobre os símbolos frequentemente destacados como características culturais do município. Durante a oficina, foram analisados e visitados diversos pontos históricos, entre eles a Praça Willy Barth, o Memorial aos ex-prefeitos, o Centro de Eventos Werner Wanderer, a residência da família Seyboth e a Casa Gasa.

Inicialmente foi apresentado aos alunos uma breve reflexão sobre fatos históricos do Município. Em seguida foram expostas imagens da arquitetura local, tida como germânica, em comparação com a arquitetura original alemã, passando também pela arquitetura construída pelos imigrantes alemães no sul do Brasil. Esta linha do tempo teve como objetivo demonstrar a técnica construtiva do Enxaimel, desenvolvida por europeus que é muito diferente do que em Marechal se define e apresenta como tal.

Buscou-se também refletir e desconstruir a ideia de que a arquitetura rondonense é germânica. Pois esta caracterização germânica que se dá a algumas construções rondonenses encontra-se apenas na fachada de obra, pois toda a técnica construtiva empregada para execução do projeto está totalmente alheia ao que caracteriza uma construção Enxaimel tradicional. A obra toda é feita seguindo técnicas locais de construção e, posteriormente, ao final da obra são acrescentados alguns elementos decorativos externos que de muito longe lembram o estilo europeu. Após discussão em sala, partimos para as visitas guiadas para observações *in loco* destas obras, confirmando que são apenas detalhes empregados na fachada da construção.

O pesquisador e arquiteto Arlen Gütges (Gütges, 2003), que elaborou um trabalho de conclusão de graduação em Arquitetura e Urbanismo a respeito da arquitetura 'germânica' rondonense, afirma que embora essas imitações arquitetônicas busquem o resgate e a preservação da tradição germânica, muitas apresentam uma mistura de estilos e materiais que configuram de forma totalmente equivocada a identidade arquitetural do município, trazendo à tona um plágio mal elaborado das fachadas das cidades alemãs.

Embora a intenção seja a melhor possível, infelizmente, pela ausência de informações e falta de orientação sobre o verdadeiro estilo germânico, em destaque o Enxaimel (cujas paternidade é desconhecida); na cidade, as pessoas ensejam obras de arquiteturas quiméricas, caracterizadas pela criação de estilos incoerentes e sem semelhança técnica alguma com o verdadeiro exemplar alemão (Gütges, 2003).

Foram visitados também dois locais que apresentam em sua técnica construtiva alguns elementos do estilo Enxaimel, possivelmente os únicos e mais próximos do padrão original europeu encontrados no município: a residência da família Seyboth e a Casa Gasa. Nesses espaços, os alunos tiveram a oportunidade de observar características técnicas típicas do estilo e refletir sobre a trajetória histórica dessas construções.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a discussão desenvolvida neste ensaio teve como objetivo refletir sobre a constituição do patrimônio histórico do município de Marechal Cândido Rondon, tendo como fio condutor os conceitos e práticas da Educação Patrimonial. Essa

abordagem se mostrou um recurso bastante eficaz para transformar a maneira como o patrimônio é percebido e valorizado. Com ela, foi possível despertar os alunos para a possibilidade de se transformarem de expectadores passivos a sujeitos ativos da história local, tornando-o presente e atuante junto às questões que envolvem a preservação da memória e dos objetos histórico-culturais que representam a comunidade.

A partir desse processo, o cidadão passa a questionar os aspectos culturais — sejam eles preservados ou ocultados — apropriando-se de sua herança cultural de forma consciente e crítica. Assim, escolhe para si os elementos que considera relevantes em sua própria história, sem que essa narrativa seja imposta por terceiros ou por instituições.

Nosso objetivo foi despertar nos estudantes o interesse pela história, não aquela que simplesmente ficou no passado, mas aquela que permanece viva em cada indivíduo e que é constantemente construída pelas ações dos sujeitos sociais no cotidiano.

REFERÊNCIAS

FUNARI, Pedro Paulo. **Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. Campinas: Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

GÜTGES, Arlen. **Arquitetura Germânica e sua influência nas edificações brasileiras: o caso de Marechal Cândido Rondon**. TCC Arquitetura e Urbanismo. Universidade Paranaense/UNIPAR. Umuarama, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial**. Comunicação apresentada na Conferência Latino-Americana sobre a preservação do Patrimônio Cultural. jun. 1991.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp. 1994.

NORA, Pierre. **Projeto História. Revista do programa de estudos em história da PUC-SP**, São Paulo, v. 10, 1981.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, história e cidadania: o direito ao passado**. In: _____. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

SILVA, Janice Theodoro. **Memória e esquecimento.** Revista de Divulgação Cultural, Blumenau, v. 13, n. 44, p. 63-69, jul./ago. 1990.